

## SEGUNDO ADITAMENTO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

GRUPO BMART

## ÍNDICE

<b>1. SUMÁRIO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>7</b>
2.1 CLÁUSULAS ALTERADAS .....	12
2.2 CLÁUSULAS EXCLUÍDAS .....	13
2.3 CLÁUSULA INCLUÍDA .....	13
<b>3. REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS .....</b>	<b>13</b>
<b>4. PROJEÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS .....</b>	<b>15</b>
<b>5. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES .....</b>	<b>20</b>
5.1 GERAÇÃO DE CAIXA FUTURA .....	20
<b>6. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS .....</b>	<b>20</b>
6.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COM GERAÇÃO DE CAIXA .....	21
6.1.1 CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS .....	21
6.1.2 CRÉDITOS MICROEMPRESA .....	22
6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COLABORATIVOS. ....	23
6.2.1 CRÉDITOS OPERACIONAIS .....	24
6.2.2 CRÉDITOS FINANCEIROS .....	25
6.3 PROPOSTA DE PAGAMENTO COM RECURSO ORIUNDO DE RESTITUIÇÃO .....	25
<b>7. PASSIVO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>26</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>



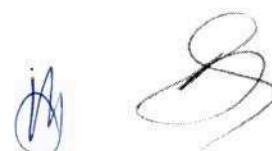
**SEGUNDO ADITAMENTO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GRUPO BMART**

**GSOUTO COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.548.005/0001-28, **COMERCIAL CENTER KIDS DE BRINQUEDOS LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.527.555/0001-75, **BMART BABY KIDS COMÉRCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.095.057/0001-23, **DMART TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.901.868/0001-16, **C.S. TOYS BRINQUEDOS LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.811.407/0001-97, **GUIME BRINQUEDOS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.593.033/0001-31, **MEGABMART BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.205.856/0001-10, **SÓ TOYS BRINQUEDOS LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.647.834/0001-32, **CS2 TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.492.028/0001-03, **C SOUTO COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.376.396/0001-88, **LG TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.505.145/0001-56, **C MART TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.204.743/0001-58, **GMART TOYS COMÉRCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.349.941/0001-00, **RIBER – TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.371.517/0001-40, **HORIZONTE TOYS LTDA. – Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.517.194/0001-50, **BABY MART TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA. – ME**





– **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.975.055/0001-70, **OMART TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA.** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.007.271/0001-95, **ITAIM BABY KIDS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA.** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.998.731/0001-21, **CS3 TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.576.074/0001-50, **JURUPITOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.271.060/0001-90, **BARUERI TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA.** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.505.527/0001-82, **CAMPTOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA.** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.211.336/0001-08, **TUCURUVI TOYS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA** – **Em Recuperação Judicial**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.206.274/0001-34, doravante denominadas simplesmente “Recuperandas”, “Empresas” ou “GRUPO BMART”, apresentam, nos autos do processo de recuperação judicial nº 1012521-92.2016.8.26.0100, em curso perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo - SP, (“Recuperação Judicial”), em cumprimento ao disposto no art. 53<sup>1</sup> da Lei 11.101/2005 (“LRF”), o presente aditamento ao plano de recuperação judicial (“Aditamento ao Plano” ou “Aditamento ao PRJ”), nos termos e condições a seguir:



<sup>1</sup> Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência [...]

## 1. SUMÁRIO

As nomenclaturas definidas nesta cláusula serão utilizadas, conforme apropriadas, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem perderem os seus respectivos significados. Este Aditamento ao Plano deve ser interpretado, na sua aplicação, de acordo com o art. 47<sup>2</sup> e seguintes da LRF. O presente Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial e Modificações está sendo apresentado de forma única e consolidada, por considerar as pessoas jurídicas do GRUPO BMART.

As nomenclaturas utilizadas neste PRJ têm os significados definidos abaixo:

**AGC:** significa assembleia geral de credores realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV da LRF.

**Créditos:** significa todos os Créditos Quirografários e Créditos ME, MEI e EPP, dos saldos existentes na Data do presente Aditivo.

**Créditos Microempresa:** significa os créditos sujeitos detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, definidos conforme a Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, inciso IV<sup>3</sup> da LRF.

**Créditos não Sujeitos:** significa os créditos que não se submetem aos efeitos do processo de recuperação judicial, nos termos do art. 49<sup>4</sup> da LRF, existentes (vencidos e/ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com as Recuperandas.

<sup>2</sup> Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

<sup>3</sup> Art. 41. [...]

IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

<sup>4</sup> Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.



**Créditos Quirografários:** significa os créditos sujeitos previstos no art. 41, inciso III<sup>5</sup> e art. 83, inciso VI<sup>6</sup>, da LRF.

**Credores Microempresa:** significa os credores titulares de créditos enquadrados como MEI, ME e EPP.

**Credores Sujeitos:** significa os créditos sujeitos aos efeitos do plano de recuperação judicial, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com as Recuperandas.

**Credores Não Sujeitos:** significa os credores titulares de créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49 da LRF.

**Credores Quirografários:** significa os credores titulares de créditos quirografários.

**Data de Homologação:** significa a data da publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial conjunto no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo.

**Dia Útil:** significa para fins deste Plano, que dia útil será qualquer dia da semana, que não seja sábado, domingo ou feriado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na referida cidade.

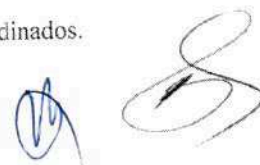
**Fisco** significa todas as entidades arrecadadoras de tributos, impostos e contribuições, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais.

<sup>5</sup> Art. 41. [...]

III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

<sup>6</sup> Art. 83. [...]

VI – créditos quirografários.



**LRJF:** significa a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

**Plano de Recuperação Judicial ou Plano Original:** significa o Plano de Recuperação Judicial apresentado às fls. 2984/3037 dos autos do processo de Recuperação Judicial em 25 de abril de 2016.

**Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ou Aditamento ao Plano Original:** significa a proposta de modificação ao Plano de Recuperação apresentadas no documento às fls. 4931/4950 nos autos do processo de Recuperação Judicial em 21 de novembro de 2016.

**Modificações ao Plano Original em AGC:** significa as alterações realizadas ao Plano de Recuperação Judicial e em seu aditamento apresentado às fls. 4931/4950 que foram deliberadas e aprovadas pelas Recuperandas e pelos Credores durante a assembleia geral de credores realizada em 10 de fevereiro de 2017, conforme registrado em ATA apresentada às fls. 5370/5376 dos autos do processo de Recuperação Judicial.

**Taxa Referencial:** significa a taxa constituída pelas trinta maiores instituições financeiras do país. A Taxa Referencial (TR) foi criada pela Lei nº 8.177/91, de 01 de março de 1991 e Resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 2.437, de 30 de outubro de 1997 e também corrige os saldos mensais da caderneta de poupança. É divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e para fins deste Plano de Recuperação Judicial, será considerada a variação em um período de um mês para a correção da parcela.

## 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 25 de abril de 2016, em cumprimento ao disposto no artigo 53 e seguintes da LRJF, as Recuperandas apresentaram o plano de recuperação judicial às fls. 2984/3037 dos autos do processo de recuperação judicial "Plano Original" cumprindo, assim, o requisito legal contido no art. 53 da LRJF.





Todavia, é importante salientar que, durante as negociações a respeito das condições propostas no "Plano Original", alguns credores demonstraram suas insatisfações e propuseram alterações que, em alguns casos, eram bastante representativas, e as Recuperandas optaram pela elaboração do "Aditamento ao Plano Original" cuja apresentação nos autos do processo de Recuperação Judicial ocorreu em 21/11/2016 às fls 4931/4950.

Ocorre que, durante a Assembleia Geral de Credores realizada em 10 de fevereiro de 2017, em segunda chamada, mais alterações foram introduzidas na proposta de pagamento destinada aos credores da Classe III e IV, sendo elas: (a) vencimento da primeira parcela para 30 dias após a publicação da homologação do "Plano Original" e "Aditamento ao Plano Original", devendo ocorrer o pagamento da segunda parcela após 6 (seis) meses do vencimento da primeira (b) alteração da periodicidade dos pagamentos dos demais anos para quadrimestral; (c) que as parcelas propostas fossem pagas independentemente das Recuperandas atingirem a meta de faturamento bruto constante nas projeções econômico-financeiras; (d) definição do credor colaborativo sendo aquele que garantisse, a partir da homologação do plano, o fornecimento pelo prazo mínimo de 1 (hum) ano contado do primeiro fornecimento após a homologação, concedendo às Recuperandas 60% (sessenta por cento) do prazo médio ponderado de pagamentos comparando-se com o período de 1 (hum) ano antecedente a data de distribuição do pedido de recuperação judicial, as quais foram aceitas pelas Recuperandas conforme ata constante às fls 5370/5376, sendo chamadas nesse Aditamento de "Modificações ao Plano Original em AGC".

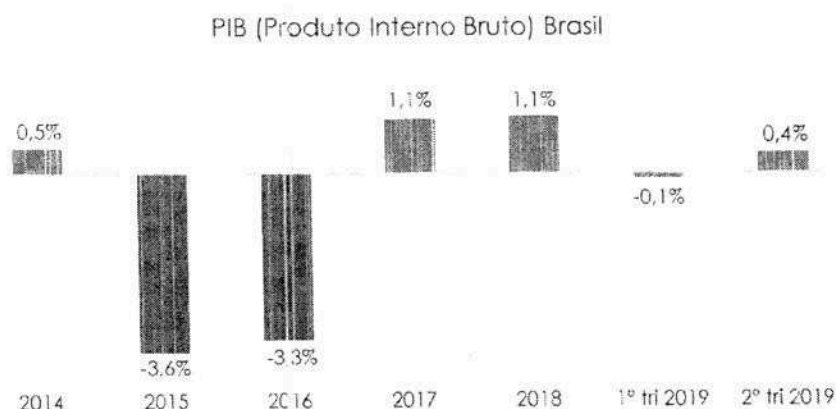
Com a aprovação dos credores e, consequentemente, a concessão da Recuperação Judicial por meio da decisão de folha 5602, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 03/04/2017, as Recuperandas vinham cumprindo todo o acordado, apesar da ocorrência de significativas alterações na proposta de pagamentos. Cabe ressaltar que entre o pagamento de





principal mais correção e juros as empresas já destinaram aproximadamente R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) ao pagamento dos "Credores Sujeitos".

Há de se destacar que o cenário econômico do País continuou sofrendo os reflexos da crise de 2016, o que pode ser observado pelo tímido crescimento do PIB nacional até o segundo trimestre de 2019.



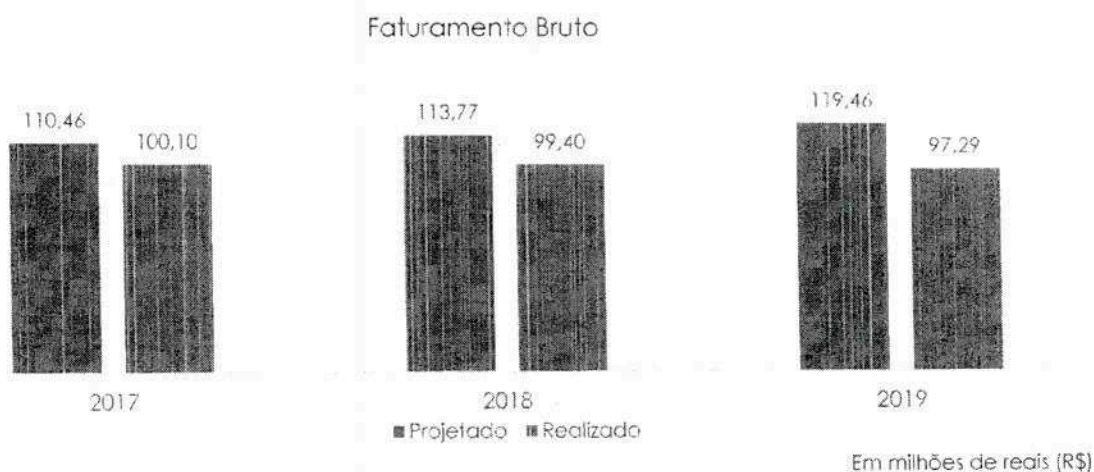
Com base no estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) tendo como parâmetro o período de 2011 a 2020 indica que o crescimento médio do Brasil será de apenas 0,9%. Se isso se confirmar será a pior década em 120 anos.

Ao logo desses 10 anos considerados no estudo, o país sofreu a maior recessão da história, com o PIB (Produto Interno Bruto) caindo 3,6% em 2015 e 3,3% em 2016. O desemprego disparou, o endividamento das famílias cresceu e o investimento na economia se retraiu.

As Recuperandas acreditavam que, após a crise, a retomada começaria a partir de 2017 e ganharia força nos anos seguintes, mas a previsão não se confirmou, o que pode ser observado no comportamento do mesmo indicador que cresceu apenas 1,1% em 2017 e em 2018 e o ritmo voltou a cair em 2019.

Os impactos desse panorama negativo afetaram diretamente as operações desempenhadas pelas Recuperandas, com a redução dos níveis de receita de aproximadamente R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) nos

últimos 3 anos, correspondente a 14% do que fora estimado em suas projeções econômico-financeiras para o período.

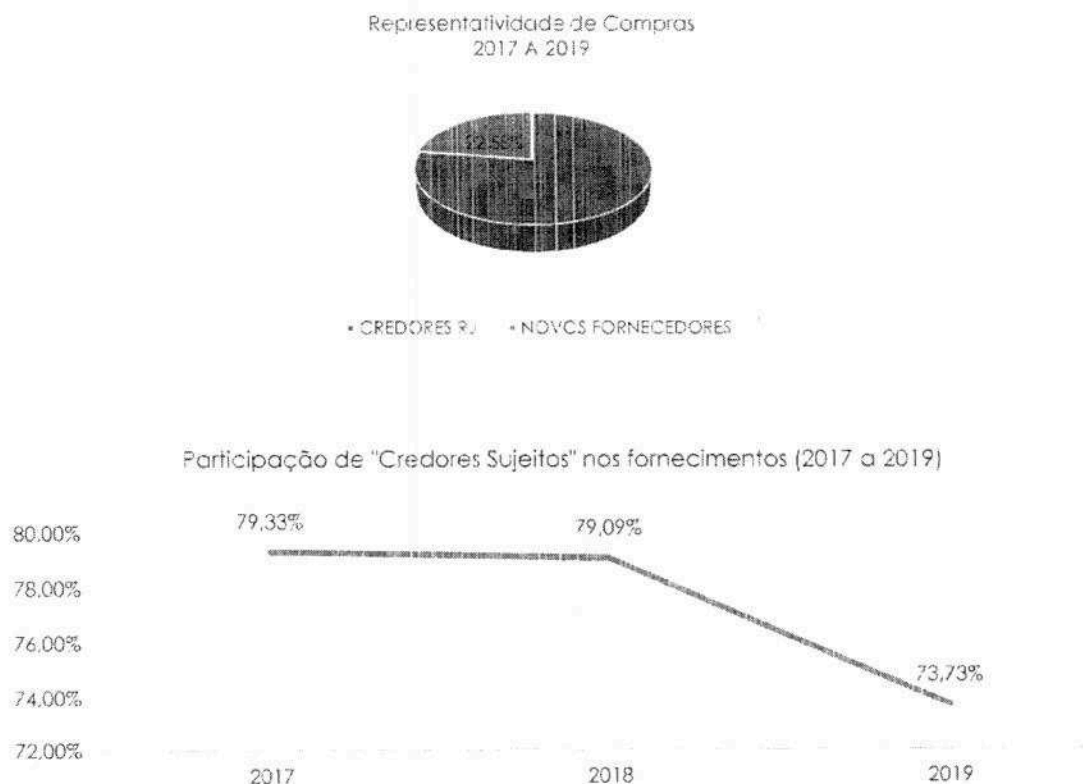


A representativa redução dos níveis de negócios também se deve a escassez de alguns produtos, com excelente giro, fornecidos por importantes fornecedores, líderes do segmento, que também são responsáveis pela realização de grandes campanhas de mídia, tanto nas redes sociais como nos canais de televisão, abertos e fechados. Além da redução dos volumes de fornecimentos, as Recuperandas tiveram seus prazos médios de pagamentos reduzidos em 66%, chegando a apenas 45 dias em 2017 e, em contrapartida, o mercado se tornou cada vez mais agressivo na concessão de extensos prazos aos consumidores.



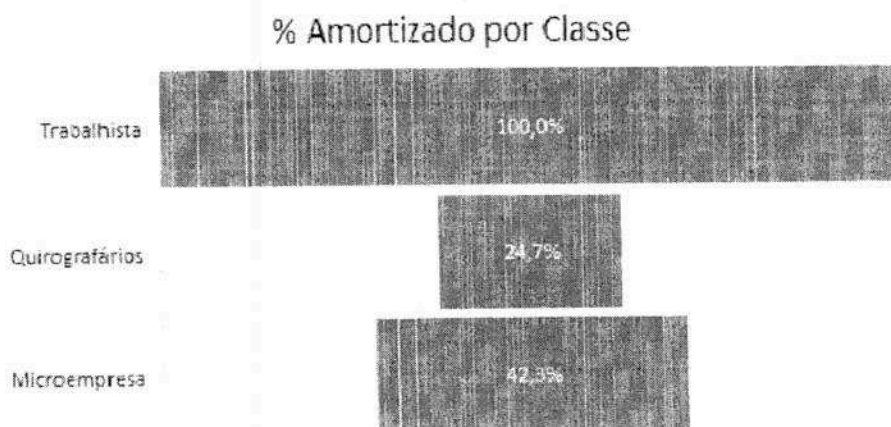


As Recuperandas, no período de 2017 a 2019 realizaram um total de compras dos fornecedores considerados "Credores Sujeitos" no importe de R\$ 122 milhões, no entanto o total de compras no mesmo período, com a inserção de novos fornecedores, apresenta a monta de R\$ 157 milhões, ou seja, muitos "Credores Sujeitos" deixaram de fornecer às Recuperandas em condições adequadas ao fluxo de caixa, reduzindo a participação nos fornecimentos gradativamente.



Contudo, cumpre ressaltar que apesar de todas as intempéries vivenciadas pelas Recuperandas, não foram envidados esforços para o cumprimento do "Plano Original" acrescido de suas modificações constantes no "Aditamento ao Plano Original" e nas "Modificações ao Plano Original em AGC", ocorrendo o pagamento de aproximadamente 25% do total do passivo sujeito a Recuperação Judicial, já com deságio, conforme tabela abaixo:

Classe	Crédito após Deságio	Amortização	Saldo
Trabalhista	9.632	9.632	-
Quirografários	46.715.490	11.545.712	35.169.778
Microempresa	637.301	269.381	367.920
<b>Total</b>	<b>47.362.423</b>	<b>11.824.725</b>	<b>35.537.697</b>



Com a carência reduzida, correção e atualização que não compreendem a possibilidade de soerguimento da companhia, fluxo de pagamentos de principal incompatíveis com o atual cenário das empresas e dificuldade de obtenção de crédito com importantes fornecedores, as Recuperandas resolvem então apresentar aos seus credores o **Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial incluindo-se as suas Modificações.**

O Segundo Aditamento passa a ser parte integrante do Plano Original, do Aditamento e das alterações introduzidas na Assembleia-Geral de Credores, sendo certo que será submetido a deliberação dos credores durante nova Assembleia-Geral de Credores cujas datas ainda deverão ser designadas pelo MM. Juízo da Recuperação Judicial.

Salvo as disposições em contrário constantes neste documento, todas as outras condições propostas no "Plano Original", acrescido de suas modificações, serão mantidas.

## 2.1 CLÁUSULAS ALTERADAS

As cláusulas 3.4.1, 3.4.3 e 3.4.5 do "Plano Original" e do "Aditamento ao Plano Original", e a cláusula 3.4.5.1 do "Aditamento ao Plano Original", são integralmente alteradas por este documento, devendo ser interpretadas de acordo com este Aditamento.



## 2.2 CLÁUSULAS EXCLUÍDAS

A cláusulas 3.4, 3.4.2, 3.4.6 e 3.4.7 do "Plano Original" e do "Aditamento ao Plano Original", são integralmente excluídas por este Aditamento.

## 2.3 CLÁUSULA INCLUÍDA


Fica inclusa por este Aditamento, a cláusula 7, a seguir, que será introduzida ao Plano de Recuperação Judicial apresentado em 23 de fevereiro de 2017.

## 3. REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

O GRUPO BMART reúne todas as condições necessárias para superação, no longo prazo, da crise econômico-financeira vivenciada, e apresentação de Aditamento ao Plano Original e Modificações se insere no contexto de medidas para buscar o efetivo soerguimento. Para que esse objetivo seja atingido, as Recuperandas reconhecem que o redimensionamento do plano de negócios é essencial.

Diante disso, como forma de recuperar a saúde financeira, a reestruturação do plano de negócios a ser implementado no contexto da recuperação judicial abrange um projeto de reorganização interna, com a implantação de boas práticas de gestão e a adoção de medidas destinadas a reequilibrar o fluxo de caixa.

**Reformulação de políticas comerciais:** de modo a recuperar parcialmente o volume de receita bruta que foi perdido em razão da crise e também o controle sobre a força de vendas, o GRUPO BMART reformulou algumas ações da área comercial. O novo planejamento, colocado em prática, a desde Setembro de 2019, abrangeu: (i) a eliminação das ineficiências operacionais que estão impactando negativamente o nível de serviço junto aos clientes, como falta de determinados produtos; (ii) a retomada do controle sobre a força de vendas, com a definição de metas e a fidelização dos clientes; (iii) melhoria do mix de produtos, de forma a agregar valor as vendas; (iv) melhoria no indicador de Giro do Ativo; (v) implantação de e-commerce; e (vi) a



reformulação do plano de comunicação, com foco na melhoria da comunicação com os clientes.

**Redução de custos e despesas:** para reduzir os custos fixos, variáveis e financeiros foram definidas as medidas de curto e médio prazo no tocante a redução de custos operacionais. O objetivo foi aplicar metas de curto e médio prazo para buscar, principalmente, a redução de custos fixos para melhoria do resultado operacional e para evitar gastos desnecessários e desperdícios. Com o conceito de liderança em custos, as Empresas serão ajustadas para reduzirem custos de forma continuada e estruturada, sem sacrifício da qualidade do atendimento. Entre as medidas que foram elencadas e já foram colocadas em prática, destaca-se: (i) compras eficientes contemplando giro do ativo e margens satisfatórias; (ii) avaliação de locais estratégicos para abertura de novas lojas com custo factível ao atual cenário das Recuperandas; (iii) revisão dos contratos de serviços terceirizados; (iv) a redução das despesas operacionais; (v) a redução de despesas financeiras; e (vi) a redução de despesas bancárias.

**Revisão do organograma:** de acordo com a reestruturação do plano de negócios, que envolve a revisão comercial e também da estrutura operacional, o organograma empresarial também sofreu alterações. Houve a reconfiguração dos cargos e alçadas bem como a implantação das áreas de controladoria e prevenção de perdas.

**Implementação de rotinas administrativas, criação de comitês e implantação da área de controladoria geral e financeira:** para acompanhar o desempenho das operações e mitigar riscos de perdas, as Empresas implantarão novas rotinas administrativas e, principalmente, para colocar em prática o novo plano de negócios, as Empresas estão implementando, para o segundo semestre de 2020, a área de controladoria geral e financeira. Essa área será responsável pela centralização do planejamento administrativo, econômico-financeiro, operacional e comercial; de curto, médio e longo prazo (planejamento estratégico, metas de margem, metas de fidelização e planejamento





orçamentário). De forma prática, serão reconfigurados os relatórios existentes, bem como a aplicação de outros controles econômicos e financeiros, como análise mensal de resultado econômico-financeiro, fluxo de caixa previsto e realizado e indicadores de performance. Além disso, serão implantados alguns comitês para deliberação acerca de decisões estratégicas. Destaca-se o comitê gestor, de crédito e de redução de custos

#### 4. PROJEÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

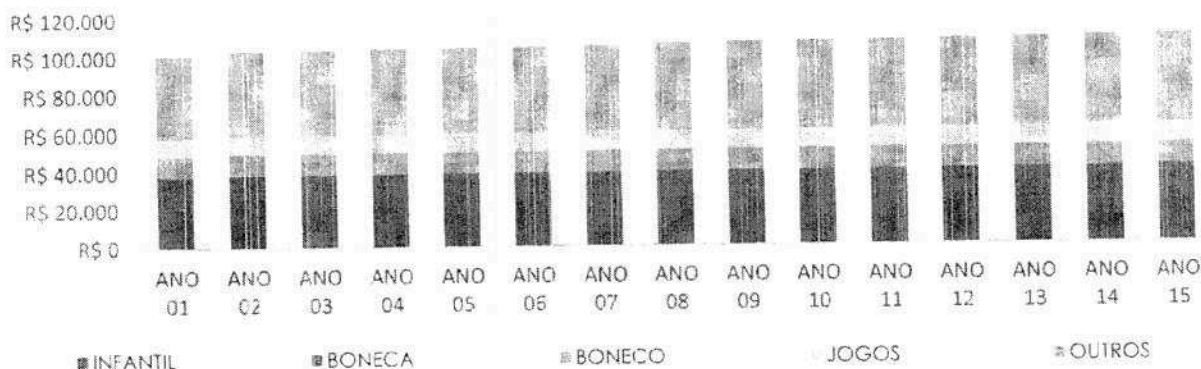
A cláusula 3.4.1 do plano (Proposta para os Credores) tem sua redação integralmente alterada, conforme a seguir:

A projeção da receita bruta das Recuperandas é apresentada a seguir, conforme estimativa e premissas:

- i) As atividades das Empresas sofreram grande impacto devido à instabilidade política, econômica, afetando diretamente na confiança do consumidor e seu poder de compra. Diante disso, foi elaborado um planejamento comercial e operacional de longo prazo. Esse planejamento prevê um crescimento gradual no volume de vendas nesse período, com base no volume histórico de vendas, de forma conservadora e realista, levando em consideração as futuras e atuais instalações das lojas do grupo e o capital de giro disponível;
- ii) O GRUPO BMART atende um mercado cujo perfil de consumo passa por constante transformação, o que justifica algumas variações esperadas ao longo do período projetado. As expectativas apontam para um crescimento moderado ao longo da projeção. As receitas foram projetados com base no histórico das Empresas e análises do comportamento atual do mercado no momento da elaboração deste Aditamento. A seguir estão apresentadas as projeções das Empresas.



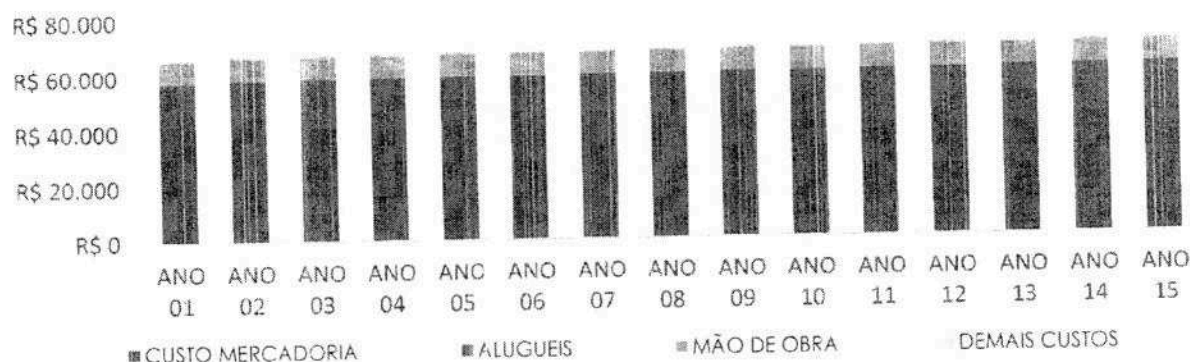
### RECEITA TOTAL (EM MILHARES)



### Custo dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos foram calculados com base no atual custo de compra da mercadoria, líquido de todos os impostos creditáveis. Neste mesmo grupo de custos, estão incluídos os demais gastos diretos, como a mão de obra, aluguéis, que foram projetados com base no histórico dos últimos meses, já aplicadas premissas conservadoras de melhorias

### CUSTO OPERACIONAL (EM MILHARES)

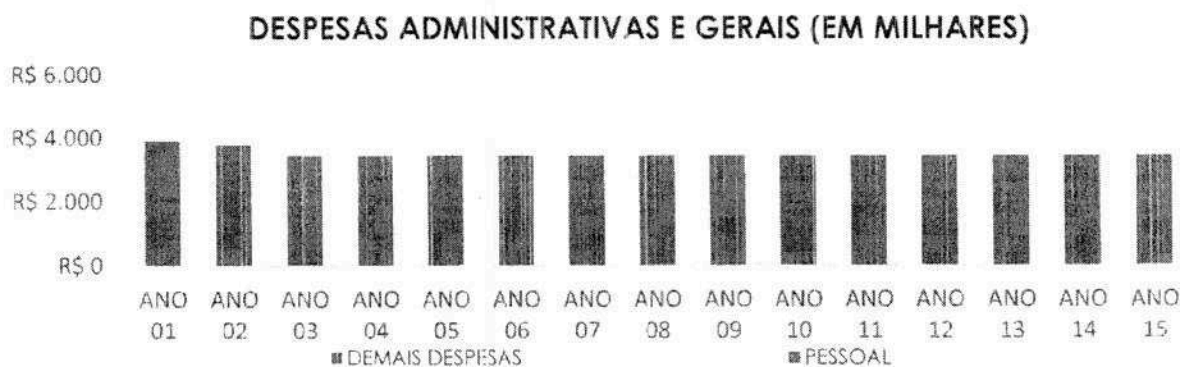


### Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram projetadas de acordo com a média histórica dos últimos meses e contemplam as despesas com pessoal, honorários e demais despesas fixas. Estas despesas terão um pequeno aumento no decorrer dos períodos, pois mesmo sendo fixas por característica, na realidade, o aumento no volume de vendas demandará alguns aumentos para comportar



a estrutura. Tais despesas também contarão com ações para redução gradativa para atingirem a meta constante na projeção.



### **FLUXO DE CAIXA NÃO OPERACIONAL**

#### Projeção do Passivo Tributário

Para o equacionamento do passivo tributário, as Recuperandas provisionarão a destinação de parte da geração de caixa em cada período, para os tributos federais, estaduais e municipais. Foram projetadas saídas no fluxo de caixa, buscando a adoção do melhor parcelamento dos créditos tributários existentes, sob a escolha do GRUPO BMART (Lei 9.964/2000). Essa forma de provisão de recursos no fluxo de caixa serve para as Empresas se utilizarem de parcelamentos específicos, com vistas a buscar a adoção do melhor parcelamento existente.

#### Projeção de Pagamentos aos Credores

Os valores de pagamento dos créditos sujeitos a recuperação judicial, em parcelas de valor fixo, tendo como base o saldo dos créditos no momento da elaboração deste Aditamento, os quais tiveram os pagamentos projetados no fluxo de caixa.




DRE (R\$ mil)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15
Recorre operacional líquida	73.748	75.223	75.599	75.977	76.357	76.739	77.123	77.508	77.896	78.285	78.677	79.070	79.465	79.863	80.262
% crescimento	-	2,00%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Custo dos produtos vendidos	66.556	67.521	67.756	67.973	68.192	68.412	68.633	68.855	69.078	69.302	69.528	69.754	69.982	70.210	70.440
Lucro bruto	7.192	7.702	7.843	8.004	8.165	8.327	8.490	8.653	8.818	8.983	9.149	9.316	9.484	9.652	9.822
% receita líquida	9,75%	10,24%	10,37%	10,53%	10,69%	10,85%	11,01%	11,16%	11,32%	11,47%	11,63%	11,78%	11,93%	12,09%	12,24%
Administrativas	3.909	3.789	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424	3.424
Comerciais	1.014	1.034	1.039	1.044	1.050	1.055	1.060	1.065	1.071	1.076	1.081	1.087	1.092	1.098	1.103
EBITDA	2.270	2.879	3.380	3.535	3.691	3.848	4.005	4.164	4.323	4.483	4.643	4.805	4.967	5.130	5.294
% receita líquida	3,08%	3,83%	4,47%	4,65%	4,83%	5,01%	5,19%	5,37%	5,55%	5,73%	5,90%	6,08%	6,25%	6,42%	6,60%
Depreciação	2.205	2.432	2.460	2.472	2.489	2.511	2.540	2.560	2.595	2.625	2.667	2.714	2.752	2.806	2.873
Despesas financeiras	54	417	920	1.043	1.202	1.337	1.465	1.604	1.728	1.857	1.976	2.091	2.215	2.324	2.421
Resultado antes dos impostos	0,09%	0,59%	1,22%	1,40%	1,57%	1,74%	1,90%	2,07%	2,22%	2,37%	2,51%	2,64%	2,79%	2,91%	3,02%
% receita líquida	11	82	195	229	262	294	325	358	387	418	446	474	503	529	552
Imposto de renda e contribuição social	54	365	725	834	940	1.043	1.141	1.246	1.341	1.439	1.530	1.617	1.712	1.795	1.869
Resultado líquido	0,07%	0,49%	0,96%	1,10%	1,23%	1,36%	1,48%	1,61%	1,72%	1,84%	1,94%	2,05%	2,15%	2,25%	2,33%
% receita líquida															



	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15
<b>Fluxo de caixa (R\$ mil)</b>															
<b>(+) Entradas operacionais</b>															
Recebimento de vendas	101.372	103.399	103.916	104.436	104.958	105.483	106.010	106.540	107.073	107.608	108.147	108.687	109.231	109.777	110.326
<b>(-) Saídas operacionais</b>															
Mercadorias	99.113	100.603	100.732	101.130	101.529	101.928	102.330	102.735	103.138	103.544	103.950	104.356	104.767	105.176	105.584
Despesa com pessoal	45.393	46.301	46.532	46.765	46.999	47.234	47.470	47.707	47.946	48.186	48.427	48.669	48.912	49.157	49.402
Despesa operacional	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493	9.493
Despesa administrativa e comercial	17.260	17.401	17.425	17.431	17.437	17.443	17.450	17.456	17.462	17.469	17.475	17.481	17.488	17.494	17.501
Impostos e contribuições	4.177	4.091	3.735	3.744	3.753	3.762	3.771	3.780	3.789	3.798	3.807	3.817	3.826	3.835	3.844
	22.790	23.318	23.546	23.697	23.848	23.998	24.147	24.299	24.448	24.599	24.748	24.897	25.049	25.197	25.344
<b>(=) Fluxo de caixa operacional</b>	<b>2.259</b>	<b>2.796</b>	<b>3.185</b>	<b>3.306</b>	<b>3.429</b>	<b>3.553</b>	<b>3.681</b>	<b>3.806</b>	<b>3.935</b>	<b>4.064</b>	<b>4.197</b>	<b>4.331</b>	<b>4.464</b>	<b>4.601</b>	<b>4.742</b>
(-) Juros e despesas bancárias	(2.205)	(2.432)	(2.460)	(2.472)	(2.489)	(2.511)	(2.540)	(2.560)	(2.595)	(2.625)	(2.667)	(2.714)	(2.752)	(2.806)	(2.873)
<b>(=) Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(2.205)</b>	<b>(2.432)</b>	<b>(2.460)</b>	<b>(2.472)</b>	<b>(2.489)</b>	<b>(2.511)</b>	<b>(2.540)</b>	<b>(2.560)</b>	<b>(2.595)</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(2.667)</b>	<b>(2.714)</b>	<b>(2.752)</b>	<b>(2.806)</b>	<b>(2.873)</b>
(-) Credores - Classe III	-	-	250	250	250	300	400	400	500	550	650	750	900	900	1.034
(-) Credores - Classe IV	-	-	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Valor Destinado à Redução do Deságio	-	-	227	228	229	230	231	232	233	235	236	237	238	239	241
(-) Passivo tributário	52	103	104	104	157	211	212	320	321	323	324	326	328	329	331
<b>(=) Fluxo de caixa não operacional</b>	<b>(52)</b>	<b>(103)</b>	<b>(654)</b>	<b>(582)</b>	<b>(636)</b>	<b>(741)</b>	<b>(843)</b>	<b>(952)</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(1.107)</b>	<b>(1.210)</b>	<b>(1.313)</b>	<b>(1.469)</b>	<b>(1.469)</b>	<b>(1.605)</b>
<b>(=) Fluxo de caixa livre</b>	<b>2</b>	<b>261</b>	<b>71</b>	<b>252</b>	<b>304</b>	<b>302</b>	<b>297</b>	<b>294</b>	<b>286</b>	<b>332</b>	<b>319</b>	<b>304</b>	<b>346</b>	<b>326</b>	<b>263</b>
Saldo inicial de caixa	-	2	263	335	586	890	1.192	1.489	1.784	2.070	2.401	2.721	3.025	3.371	3.697
Saldo final de caixa	2	263	335	586	890	1.192	1.489	1.784	2.070	2.401	2.721	3.025	3.371	3.697	3.961

## 5. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES

A cláusula 3.4.3 do plano (Proposta para os Credores) tem sua redação integralmente alterada, conforme a seguir:

### 5.1 GERAÇÃO DE CAIXA FUTURA

As Recuperandas continuaram desempenhando normalmente as funções, mantendo as atividades empresariais, gerando receitas e empregos.

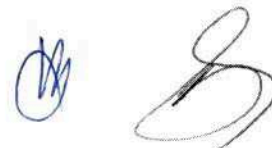
Para demonstrar a geração de caixa originada pela continuidade das operações e a consequente capacidade de pagamento dos credores, foram elaboradas projeções econômico-financeiras. Os demonstrativos de projeções dos resultados e projeções de fluxo de caixa, além de todas as premissas operacionais e financeiras das atividades que foram utilizadas como base, foram demonstrados na cláusula 4 supracitada.

Dessa forma, este Plano representa uma alternativa viável para o pagamento sustentável e ordenado das obrigações, uma vez que as Empresas destinarão parte dos recursos gerados pela continuidade das atividades para o pagamento dos credores, cujos pagamentos serão em parcelas de valor fixo, crescente e sucessivas.

## 6. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS

A cláusula 3.4.5 do plano (Credores Quirografários) tem sua redação integralmente alterada, conforme a seguir:

Os credores têm plena ciência de que os valores, prazos, termos e/ou condições de satisfação dos seus créditos são alterados por este Aditamento, em preferência ao "Plano Original", Aditamento e alterações introduzidas durante a "AGC" homologados pelo MM. Juízo.





## 6.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COM GERAÇÃO DE CAIXA

Os credores sujeitos a recuperação judicial serão pagos nos termos deste capítulo, considerando a programação operacional e financeira de geração de fluxo de caixa prevista no Aditamento.

A premissa adotada para a elaboração desta proposta é que a mesma seja condizente com a realidade e capacidade de pagamento, de forma que possa ser superada a crise.

Com a inexecutabilidade do faturamento projetado, conforme estava previsto no "Plano Original" e "Aditamento ao Plano Original", essa é a única forma possível e real de permitir que todos os credores recebam seus créditos, mesmo que parcialmente.

Todos os prazos de pagamento de parcelas aqui previstos terão início a partir da Data de Homologação, que se trata da data da publicação da decisão que homologar este aditamento no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo.


### 6.1.1 CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

Os Créditos Quirografários serão pagos da seguinte maneira:

Carência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da Data de Homologação do presente plano.

Deságio: 80% (oitenta por cento).

Fluxo de Amortização de Principal: pagamento em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais, sucessivas e crescentes, iniciadas após o prazo de carência. Abaixo é demonstrado o quadro com os valores das parcelas fixas semestrais:



Ano	Semestre	Valor (R\$)	Ano	Semestre	Valor (R\$)
Ano 1	Semestre 1	-	Ano 9	Semestre 17	250.000
	Semestre 2	-		Semestre 18	250.000
Ano 2	Semestre 3	-	Ano 10	Semestre 19	275.000
	Semestre 4	-		Semestre 20	275.000
Ano 3	Semestre 5	125.000	Ano 11	Semestre 21	325.000
	Semestre 6	125.000		Semestre 22	325.000
Ano 4	Semestre 7	125.000	Ano 12	Semestre 23	375.000
	Semestre 8	125.000		Semestre 24	375.000
Ano 5	Semestre 9	125.000	Ano 13	Semestre 25	400.000
	Semestre 10	125.000		Semestre 26	400.000
Ano 6	Semestre 11	150.000	Ano 14	Semestre 27	450.000
	Semestre 12	150.000		Semestre 28	450.000
Ano 7	Semestre 13	200.000	Ano 15	Semestre 29	500.000
	Semestre 14	200.000		Semestre 30	533.956
Ano 8	Semestre 15	200.000	TOTAL		7.033.956
	Semestre 16	200.000			

Correção monetária e juros: os Créditos Quirografários serão atualizados e remunerados pela TR - Taxa Referencial, acrescidos de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da data da publicação da homologação do presente Aditamento. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente com os pagamentos do principal, sendo aplicados sobre o valor de cada parcela, pelo sistema de juros compostos. Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a vigor os novos índices que vierem a substituí-los.

#### 6.1.2 CRÉDITOS MICROEMPRESA

Os Créditos Microempresa serão pagos da seguinte maneira:

Carência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da Data de Homologação.

Deságio: 80% (oitenta por cento).

Fluxo de Amortização de Principal: Em 1(uma) única parcela após o prazo de carência.





Correção monetária e juros: os Créditos Microempresas serão atualizados e remunerados pela TR - Taxa Referencial, acrescidos de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da data da publicação da homologação do presente aditamento. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente com o principal, sendo aplicados sobre o valor pelo sistema de juros compostos. Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a vigor os novos índices que vierem a substituí-los.

## 6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COLABORATIVOS.

A cláusula 3.4.5.1 do plano (Credores Quirografários Parceiros Colaborativo ao Plano) tem sua redação integralmente alterada, conforme a seguir:

Além da proposta descrita no item 6.1, os credores das Classes III e IV poderão receber seus créditos com redução do deságio e do prazo de pagamento.

Para isso, deverão atender às condições propostas nas cláusulas 6.2.1 e 6.2.2, a seguir, deste Aditamento, que contribuirão com as Recuperandas para alcançarem os objetivos traçados, uma vez que elas continuam dependentes das parcerias de fornecimentos de mercadorias e/ou linhas de créditos de que gozavam antes do pedido de Recuperação Judicial.

Os valores apurados com as propostas de redução do deságio (cláusulas 6.2.1 e 6.2.2 a seguir) inicialmente serão destinados à redução de 20 p.p. (vinte pontos percentuais) no deságio proposto, ou seja, os credores terão a possibilidade de redução do deságio de 80% (oitenta por cento) para 60% (sessenta por cento). Caso ocorra a cobertura integral da redução de deságio proposta, os valores destinados aos Credores Colaborativos servirão para antecipar o fluxo de pagamentos proposto neste Aditamento.



### 6.2.1 CRÉDITOS OPERACIONAIS

O valor a ser destinado à redução do deságio e à antecipação do fluxo de pagamentos dos créditos operacionais será calculado através de aplicação dos percentuais descritos abaixo sobre o valor dos novos fornecimentos (valor constante na nota fiscal), que dependerão dos prazos de pagamentos oferecidos pelos credores, nos termos das regras a seguir:

- a) O período de apuração nos novos fornecimentos ocorrerá semestralmente;
- b) Os pagamentos dos valores destinados à redução de deságio, conforme item 6.1, e à antecipação do fluxo de pagamentos serão realizados em até quinze dias após o fechamento do semestre de apuração;
- c) Os Credores que realizarem novos fornecimentos a Prazo terão em contrapartida o recebimento dos percentuais sobre o valor total dos novos fornecimentos, conforme condições abaixo:

TABELA DE CONDIÇÕES CREDORES COLABORATIVOS	
<u>PRAZO MÉDIO CONCEDIDO</u>	<u>PERCENTUAL SOBRE OS NOVOS FORNECIMENTOS</u>
APARTIR DE 90 DIAS	0,75%
APARTIR DE 120 DIAS	1,00%
APARTIR DE 150 DIAS	1,50%

- d) O Prazo Médio será apurado pela média ponderada de vencimento de cada nota fiscal emitida pelo Credor.

Ressalta-se que as Recuperandas terão total gerência sobre as compras, ficando ao exclusivo critério, aceitar ou não as condições de fornecimento (preço, prazo, quantidade etc.) apresentada pelo credor. Os pagamentos dos valores destinados à redução do deságio ocorrerão até a efetiva redução de 20 p.p. (vinte pontos percentuais) do deságio proposto e após a



ocorrência da referida redução será destinado para a redução do prazo de pagamentos proposto nesse Aditamento, previsto para ocorrer ao final do décimo quinto ano após a Data da Publicação da Homologação do referido documento.

#### 6.2.2 CRÉDITOS FINANCEIROS

Os credores que se enquadrarem neste grupo e que concederem crédito às Recuperandas, disponibilizando novas linhas de créditos, em condições competitivas, através de empréstimos e capital de giro, sem garantias reais, após a Data de Homologação deste Aditamento, terão direito a 2% (dois por cento) dos novos recursos para a redução do deságio, conforme proposto no item 6.1, e após a redução integral dos 20 p.p. (vinte pontos percentuais) os pagamentos serão destinados à antecipação do prazo de pagamentos proposto neste Aditamento. Destaca-se que não se enquadram nessa forma de pagamento acelerado, as operações financeiras garantidas por recebíveis oriundos de vendas cujos pagamentos forem realizados com cartões de crédito e débito.

Todas as condições dos novos empréstimos e financiamentos (valor, prazo, taxas etc.) serão livremente pactuadas entre as Recuperandas e os Credores Financeiros, ficando sobre a exclusiva gerência das Empresas o aceite ou não das condições propostas.

#### 6.3 PROPOSTA DE PAGAMENTO COM RECURSO ORIUNDO DE RESTITUIÇÃO

As Recuperandas pleiteiam perante o MM. Juízo da Recuperação Judicial, às fls 5986/5992 a devolução do recurso no importe de **R\$ 666.011,83** (seiscentos e sessenta e seis mil onze reais e oitenta e três centavos) utilizado indevidamente pelo Banco Sofra, para amortizar seu crédito inscrito no quadro geral de credores inserido no processo de Recuperação Judicial.

Desta forma, na hipótese das Recuperandas lograrem êxito na realização do referido ativo, em acréscimo às propostas relacionadas nos itens 6.1 e 6.2, com intuito de proporcionar aos credores a redução do período de carência e/ou maior redução do deságio, as Recuperandas propõem aos "Credores Sujeitos"



das Classes III e IV a destinação do valor corrigido na proporção de **50% (cinquenta por cento)** do recurso, cuja distribuição aos credores dar-se-á de forma proporcional ao saldo de cada credor em sua respectiva Classe.

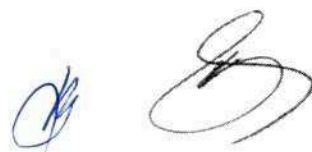
## 7. PASSIVO TRIBUTÁRIO

Encontra-se projetado no fluxo de caixa do laudo econômico-financeiro a destinação de parte da geração de caixa como forma de provisionamento de pagamento do atual passivo federal, estadual, municipal e previdenciário que as Recuperandas possuem.

A reserva de parte da geração de caixa como forma de provisionamento para o pagamento do atual passivo federal, estadual, municipal e previdenciário, não implicará em reconhecimento ou em confissão de dívida fiscal. Também não vinculam as Recuperandas em nem o Fisco às condições projetadas, servindo, apenas, como premissa para projeção de fluxo de caixa do laudo econômico-financeiro.

As Recuperandas também poderão buscar, após o Trânsito em Julgado da Data de Homologação do Aditivo, a concessão, seja por via judicial ou administrativa, de parcelamento das dívidas tributárias e previdenciárias.

Por se tratar de credor não sujeito aos procedimentos da Recuperação Judicial e não ser uma proposta vinculante, caso por qualquer motivo não sejam realizados pagamentos ao Fisco previsto nesta cláusula, não será caracterizado descumprimento de obrigação assumida no Plano, nos termos § 1º do art. 61<sup>7</sup> da LRF.



<sup>7</sup> Art. 61. [...]

§ 1º Durante o período estabelecido no caput deste artigo, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 desta Lei.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inconper – Informações Contábeis Personalizadas LTDA - EPP, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob nº 59.060.566/0001-51 empresa contratada para assessorar as Recuperandas na elaboração do Aditamento e para avaliar a sua viabilidade econômico-financeira, acredita que, implementadas as ações descritas no item 3, as Recuperandas apresentam totais condições para o cumprimento integral das obrigações constantes no presente documento.

As projeções econômico-financeiras discriminadas no item 4 foram elaboradas de acordo com informações, dados e premissas disponibilizadas pelo GRUPO BMART, bem como fatos históricos, informações macroeconômicas e de mercado. Tais informações indicaram as fontes de recursos e as melhores estimativas possíveis para viabilização do cumprimento do Aditamento, assim como demonstraram o potencial de geração de caixa do GRUPO BMART e, conseqüentemente, a capacidade de amortização da dívida.


A projeção não contempla efeitos inflacionários. A premissa adotada é de que todo efeito inflacionário será repassado ao preço de venda projetado quando ocorrer, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante. Ademais, todas as projeções foram feitas em um cenário realista. No entanto deve-se notar que os resultados projetados contêm estimativas que envolvem riscos quanto à sua realização, visto que dependem também de fatores externos à gestão do GRUPO BMART, tendo, portanto, caráter incerto, cabendo o esclarecimento de que eventualmente poderá ocorrer diferenças entre os resultados projetados e os resultados futuros reais.

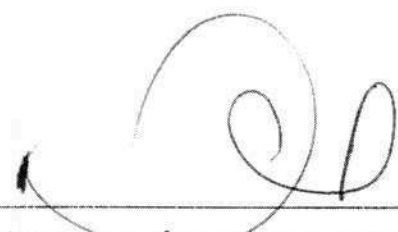
Com a obtenção de carência suficiente para a reestruturação do negócio, equilíbrio do dispêndio de recursos frente a atual geração de caixa, com apoio dos Credores Colaborativos, que continuarão gerando receitas e rentabilizando suas operações e, além disso, terão o benefício da redução do deságio e possivelmente da antecipação do fluxo de pagamentos conforme



item 6.2, as empresas continuarão fazendo o seu papel na sociedade preservando centenas de empregos diretos e milhares de indiretos gerados em toda a cadeia produtiva.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**G SOUTO COMÉRCIO E BRINQUEDOS E ARTIGOS INFANTIS LTDA E OUTRAS. – EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL (GRUPO BMART)**

  
\_\_\_\_\_  
**INCONPER – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PERSONALIZADAS LTDA - EPP**